

Brasil-Portugal: História, agenda para o milênio

José Jobson Arruda e
Luís Adão da Fonseca (org.)



 **FAPESP**


EDUSC
Editora da Universidade do Sagrado Coração

ICCTI
PORTUGAL

SUMÁRIO

13 APRESENTAÇÃO

PARTE 1 – Cultura e Religiosidade

Laura de Mello e Souza

Francisco Bethencourt

CAPÍTULO 1

25 História do Império Português (História Comparada,
História das Culturas Organizacionais)

Francisco Bethencourt

CAPÍTULO 2

29 A História Religiosa em Portugal e no Brasil:
Algumas Perspectivas (séculos XVI-XVIII)

Isabel dos Guimarães Sá

CAPÍTULO 3

55 História da Cultura Contemporânea (séculos XIX e XX)

João Medina

CAPÍTULO 4

59 Portugal/Brasil: Imagens Cruzadas dos Novos Estados

Zília Osório de Castro

CAPÍTULO 5

75 História da Cultura e da Religiosidade

Laura de Mello e Souza

- CAPÍTULO 6
- 81 História da Cultura, da Historiografia, das Idéias e das Artes/Brasil: Final do Século XIX e Início do Século XX
José Leonardo do Nascimento
- CAPÍTULO 7
- 85 História Sócio-Cultural do Período Colonial
Leila Mezan Algranti
- CAPÍTULO 8
- 97 História da Cultura e das Religiosidades no Império Colonial Português (séculos XV-XVIII)
Ronaldo Vainfas
- 107 Relatório do grupo de trabalho Cultura e Religiosidade
- PARTE 2 – Dinâmicas Locais e Sistema Mundial**
Joaquim Romero Magalhães
Amado Luiz Cervo
- CAPÍTULO 1
- 111 História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa (séculos XV-XVIII)
António Manuel Dias Farinha
- CAPÍTULO 2
- 117 História Político-Institucional e Jurídica
António Manuel Hespanha
- CAPÍTULO 3
- 125 História do Direito Português, História das Instituições Político-Administrativas Ultramarinas, História das Idéias Políticas, História do Direito Internacional Público
António Maria de Sousa e Vasconcelos S. de Saldanha

- CAPÍTULO 4
- 129 As Relações Internacionais do Brasil, da Independência a nos-
sos dias: política exterior, diplomacia e relações econômicas
Amado Luiz Cervo
- CAPÍTULO 5
- 133 História das Relações Internacionais
José Flávio Sombra Saraiva
- CAPÍTULO 6
- 143 História do Brasil, História Moderna, História do Poder e
das Idéias Políticas
Maria Fernanda Baptista Bicalho
- CAPÍTULO 7
- 167 História da Urbanização e do Urbanismo
História da Arquitetura
Nestor Goulart Reis Filho
- CAPÍTULO 8
- 177 História do Brasil (História urbana; História da
administração urbana; História da Historiografia Brasileira)
Raquel Glezer
- 183 Relatório do grupo de trabalho
Dinâmicas Locais e Sistema Mundial
- PARTE 3 – História econômica**
Antônio Marques de Almeida
Carlos Roberto Antunes dos Santos
- CAPÍTULO 1
- 189 Tendências da História Econômica:
Portugal e Brasil, passado e futuro
José Amado Mendes
- CAPÍTULO 2
- 213 História do pensamento econômico
José Luís Cardoso

- CAPÍTULO 3
231 A trajetória da história econômica em Portugal no pós 74
Nuno Valério
- CAPÍTULO 4
243 História da Alimentação
Carlos Roberto Antunes dos Santos
- CAPÍTULO 5
247 História da Escravidão nas Américas e na África
Manolo Florentino
- CAPÍTULO 6
251 O Estado do Brasil: poderes médios
e administração na periferia do Império Português
Pedro Puntoni
- CAPÍTULO 7
271 História dos Negócios/História Financeira (final do século
XVIII e XIX)
Carlos Gabriel Guimarães
- CAPÍTULO 8
279 História Econômica, História do Pensamento Econômico e
Economia Aplicada
Tamás Szmrecsányi
- 283 Relatório do grupo de trabalho de História Econômica
- PARTE 4 – Sociedade e movimentos sociais**
José Manuel Tengarrinha
Zilda Márcia Gricoli Iokoi
- CAPÍTULO 1
289 História social da Idade Média portuguesa
Luís Miguel Ribeiro de Oliveira Duarte

- CAPÍTULO 2
- 313 Casas Senhoriais, Elites Políticas Coloniais;
Mobilidade Social, Dinâmicas Sociais (séculos XV-XVII)
Mafalda Soares da Cunha
- CAPÍTULO 3
- 343 Sociedades Rurais de “Antigo regime”
Margarida Sobral Neto
- CAPÍTULO 4
- 355 História Social Contemporânea
Zilda Márcia Gricoli Iokoi
- CAPÍTULO 5
- 365 A fundação do Estado e da nação brasileiros (c.1770-c.1850)
István Jancsó
- CAPÍTULO 6
- 383 História Social
Marco Antonio Villa
- CAPÍTULO 7
- 387 História da escravidão africana no Brasil
Silvia Hunold Lara
- CAPÍTULO 8
- 405 História das relações e dos Movimentos Sociais
História das Representações Políticas
José Tengarrinha
- 415 Relatório do grupo de trabalho Sociedade
e Movimentos Sociais

PARTE 5 – Demografia, família e migrações

Fernando de Souza

Eni de Mesquita Samara

CAPÍTULO 1

- 421 Migrações, emigrações, retornos

Gilberta Rocha

CAPÍTULO 2

- 435 Demografia medieval portuguesa: nobreza e família

José Augusto de Sotto Mayor Pizarro

CAPÍTULO 3

- 445 Historiografia da emigração portuguesa para o Brasil: algumas notas sobre o seu passado, o seu presente e o seu futuro

Maria Ioannis B. Baganha

CAPÍTULO 4

- 461 Demografia Histórica, História da Família e Relações de Gênero

Eni de Mesquita Samara

CAPÍTULO 5

- 473 Demografia histórica no Brasil

José Flávio Motta

CAPÍTULO 6

- 509 Cultura, representações e práticas sociais: a revolução do espírito

Mary Del Priore

CAPÍTULO 7

- 523 História das Populações (Demografia Histórica), no âmbito do tema geral “Demografia, família, migrações”.

Sérgio Odilon Nadalin

- 531 Relatório do grupo de trabalho
Demografia, Família e Migrações

PARTE 6 – Historiografia e memória social

Luís Reis Torgal

Fernando António Novais

CAPÍTULO 1

- 537 Historiografia e memória social (1945-2000): balanço e perspectivas futuras
Sérgio Campos Matos

CAPÍTULO 2

- 559 História e memória social
Maria Helena da Cruz Coelho

CAPÍTULO 3

- 571 Problemática da Historiografia Brasileira
Fernando António Novais

CAPÍTULO 4

- 583 Teoria e história da historiografia contemporânea
Francisco José Calazans Falcon

CAPÍTULO 5

- 615 Algumas anotações sobre historiografia, teoria e método no Brasil dos anos 1990
Carlos Fico
- 631 Relatório do grupo de trabalho
Historiografia e Memória Social



SOCIEDADES RURAIS DE “ANTIGO REGIME”

Margarida Sobral Neto¹

PROFESSORA ASSOCIADA DA
Faculdade de Letras da
Universidade de Coimbra

UMA EXPERIÊNCIA DE PESQUISA

A partir dos inícios da década de 70 do século XX, a historiografia portuguesa, liberta dos constrangimentos de natureza política, e renovada por jovens investigadores que integraram os quadros das Universidades já existentes, bem como das Universidades então criadas, lançou-se à aventura da descoberta de novos “territórios”.

Deste entusiástico movimento resultou uma produção diversificada percorrendo diversos campos, como pode ser comprovado pela excelente obra que registra a produção historiográfica referente aos anos de 1974-1994, o *Repertório Bibliográfico da Historiografia Portuguesa*².

Algumas das grandes linhas de desenvolvimento da história social portuguesa da época moderna são as seguintes:

1 - Monografias sobre cidades (Coimbra, Porto) ou regiões (Algarve) em que se articulou a história da população, a economia e a sociedade³.

2 - Estudos de concelhos incidindo sobre a problemática do poder local e dos mecanismos de formação e reprodução das elites oligárquicas⁴.

3 - Monografias de instituições numa dimensão sociológica. Situam-se neste caso as misericórdias na sua verten-

te de instituições acolhedoras e promotoras de elites, mas também de assistência e controle social⁵; a Universidade analisada na perspectiva da proveniência geográfica e social dos estudantes e professores⁶; as redes clientelares de uma casa senhorial⁷; a Inquisição⁸.

4 - Os estudos sobre a população, comportamentos demográficos, estrutura da família e estratégias de heranças⁹.

5 - As abordagens de grupos sociais. Nesta área há que ressaltar as sínteses sobre diversos grupos sociais integradas no *Dicionário de História de Portugal* dirigido por Joel Serrão, elaboradas por diversos autores de que se destaca Borges de Macedo, a síntese sobre a estrutura da antiga sociedade portuguesa realizada por Vitorino Magalhães Godinho, ou o artigo de Virgínia Rau sobre fortunas ultramarinas e nobreza portuguesa no século XVII¹⁰.

Apoiados sobre outro fôlego de pesquisa, surgiram depois os trabalhos sobre: nobreza portuguesa¹¹, homens do negócio¹², mesteres¹³, ordens religiosas¹⁴ e militares¹⁵, diversas perspectivas de análise do papel da mulher na sociedade portuguesa¹⁶ e as sínteses sobre sociedade portuguesa inseridas nas Histórias de Portugal publicadas na década de noventa.

Os marginalizados foram objeto de estudo, destacando-se o fenómeno das crianças expostas¹⁷.

6 - As análises sobre múltiplos fenómenos e comportamentos sociais: emigração¹⁸ e migrações internas¹⁹, alfabetização²⁰, pobreza²¹, justiça²², criminalidade e violência²³.

7 - A história das mentalidades e das representações conta com vários estudos²⁴.

8 - A problemática dos movimentos sociais em Portugal registrou um grande desenvolvimento nas últimas décadas do século XX, desdobrando-se em diversas perspectivas.

Movimentos antifiscais e motins da fome que eclodiram em diversos pontos do país ao tempo da dominação filipina, em particular nos anos de 1636-1637, fenómenos estudados por António de Oliveira²⁵, Aurélio de Oliveira²⁶ e Romero Magalhães²⁷.

8.2 - Movimentos de protesto motivados por múltiplas circunstâncias, desenrolados em espaços urbanos e rurais, e em que foram protagonistas diversos grupos sociais²⁸ (cristãos-novos, estudantes, soldados padeiras, regatões). Pelo

caráter marcadamente urbano e pelo rigor da repressão há que destacar os motins do Porto de 1757²⁹.

8.3 - Constituindo a agricultura a principal fonte de subsistência, riqueza, poder e prestígio social, em volta da terra gerou-se uma intensa conflitualidade expressa em diversos movimentos de protesto. Uma tipologia destes movimentos, bem como uma síntese sobre os que se desenrolaram nas décadas finais do Antigo Regime e nos inícios da época liberal, encontra-se nas obras de José Manuel Tengarrinha³⁰, tendo realizado outros autores estudos parcelares de incidência temporal ou espacial menos abrangente³¹.

9 - Uma experiência individual de investigação em História social.

A principal área de pesquisa a que nos temos dedicado centra-se nas sociedades rurais de "Antigo Regime", isto é naquelas em que a terra se constituía como fonte principal de recursos - subsistência, riqueza, poder e prestígio social - sendo também polarizadora de conflitos e solidariedades.

O contexto da investigação é um "longo" século XVIII, que recua ao século XVII e avança no século XIX, tempo marcado por um processo de desestruturação do sistema económico e jurídico de *Antigo Regime*. Numa perspectiva política, social e cultural o mundo rural, nesta época, confrontou-se com um processo de integração e de modelação de comportamentos (de civilização) protagonizado pelo Estado, pela Igreja e pelas elites sociais.

O espaço em análise tem sido a "região" centro do país, no atual distrito de Coimbra, território que permite a abordagem dos processos sociais na longa duração devido à existência de estudos para a Idade Média e Época Contemporânea³².

O objeto inicial de estudo foi a problemática do regime de propriedade e de exploração agrícola no contexto do sistema senhorial. Numa primeira fase, a pesquisa incidiu nos instrumentos jurídicos utilizados pelos senhores para materializarem o seu domínio no espaço (forais, contratos agrários e tombos), títulos que definiam também a relação entre senhores e enfiteutas.

A leitura de obras de juristas e pensadores da economia que se debruçaram sobre problemas do mundo rural, já na fase

de desestruturação do regime senhorial, bem como as petições enviadas às Cortes liberais, denunciavam a existência de alguma desordem num sistema que aparentemente mostrava uma grande rigidez normativa. Este fato levou-nos a estudar a documentação judicial e outra produzida no contexto do movimento de contestação anti-senhorial. Esta linha de pesquisa acabou por definir um dos temas centrais da investigação, a conflitualidade no mundo rural, em especial os movimentos que se geram em torno da defesa da propriedade comunitária, que se mobilizam contra o peso da renda senhorial ou as arbitrariedades de cobradores de rendas e outros poderosos locais, caso dos capitães de Ordenanças, os que expressam conflitos entre poderes, nomeadamente senhorial e concelhio.

As formas de protesto assumiam múltiplas formas desde a resistência passiva ao pagamento de direitos, através da fuga eficaz ou pequenas agressões a agentes senhoriais, até formas mais violentas como motins e levantamentos, silenciados pela intervenção do exército. Sob pano de fundo do protesto popular, nestes movimentos atuaram pessoas de diversas condições sociais na defesa de direitos nem sempre convergentes.

A organização e funcionamento do sistema senhorial e o movimento de contestação anti-senhorial constituíram os problemas centrais em análise na minha tese de doutoramento³³.

A dimensão do conflito viria a revelar-se como particularmente operatória para captar a complexidade das sociedades rurais. Numa sociedade em que a oralidade e os mecanismos informais têm um peso significativo, o conflito dá origem à produção de registos escritos fixando assim comportamentos e valores que de outra forma se perderiam na memória oral. De notar ainda que o conflito e a violência, assim como o consenso e a solidariedade, faziam parte integrante do quotidiano das sociedades rurais de *Antigo Regime*.

Terra e conflito, título atribuído à minha tese de doutoramento na sua versão publicada³⁴, têm-se constituído como dois dos principais fios condutores da investigação, fios que freqüentemente se entrecruzam em vários trabalhos³⁵.

A problemática das tensões sociais levar-me-ia a criar a necessidade do estudo dos mecanismos formais e informais

de resolução de conflitos, bem como da temática da justiça e da violência no seio das comunidades rurais, assuntos abordados num seminário de mestrado intitulado "Sensibilidades do Homem Moderno: espaços e tempos de violência".

A temática da violência desdobra-se em diversas linhas, que terão de convergir no sentido da compreensão da complexidade do fenómeno no mundo rural, e que poderemos enunciar da seguinte forma:

- violência moral: "criminalização" dos comportamentos operada pelo Estado e pela Igreja; violência contra a propriedade: furtos; violência sobre os corpos: desde a fome, à agressão às penas corporais; violência dos poderes, nomeadamente dos mais próximos, caso do municipal e da estrutura das Ordenanças; violência contra os poderes, nomeadamente contra os funcionários régios, municipais e agentes senhoriais.
- identificação dos espaços da violência, que são simultaneamente os espaços de intensa sociabilidade, a casa, a rua, a taberna, a igreja.
- mecanismos do controlo social e de repressão.
- finalmente uma das facetas da conflitualidade e da violência assume-se na dicotomia rústico-civilizado, o que nos remete para as representações negativas do camponês no século XVIII, comparáveis às que opunham colonizador e colonizados³⁶.

10. Um ensaio de balanço sobre os caminhos percorridos e a percorrer em História Social.

São inegáveis os progressos registrados nesta área, nas últimas três décadas do século XX, tendo até em conta o estado de atraso em que se encontrava na década de sessenta.

A maioria das obras construídas no âmbito da história social tem sido fruto de projetos individuais de investigação para a elaboração de teses de mestrado e doutoramento. Por este fato, elas apresentam-nos uma imagem algo fragmentada, a nível espacial e mesmo temático, fato que se tem refletido na dificuldade em elaborar sínteses sobre a vida social inseridas nas recentes Histórias de Portugal.

A história social portuguesa evoluirá no futuro, assim o esperamos, com grandes projetos de investigação coordenada realizados por equipes de investigação capazes de desbravar e cruzar os vastos núcleos documentais ainda existentes nos arquivos locais, regionais e centrais. Só depois da concretização destes projetos será possível conhecer em profundidade as estruturas, os processos e as estratégias nas diversas configurações sociais³⁷.

De notar ainda que a renovação operada na História Social portuguesa foi inspirada, a nível teórico e metodológico, sobretudo pela historiografia francesa, destacando-se os contributos de Marc Bloch, Lucien Febvre, Ernesto Labrousse, Fernand Braudel, Pierre Goubert ou Jacques Revel.

Outros contributos têm vindo da historiografia de língua inglesa, nomeadamente a saída da pena de Hobsbawm ou Lawrence Stone e mais recentemente da italiana, Giovanni Lévi ou Carlo Ginzburg, bem como de diversos cientistas sociais, nomeadamente Foucault, Norbert Elias, Burke ou Bourdieu.

O alargamento em extensão e profundidade da pesquisa na área da História Social, bem como os novos problemas com que a sociedade do nosso tempo interpela o historiador, vieram dar visibilidade à complexidade do social e demonstrar as limitações dos paradigmas clássicos utilizados na análise e na interpretação nesta área. Está, assim, aberto um grande espaço de debate sobre diversos temas³⁸. A micro-história tem-se assumido como uma forma profícua de reflexão nesta área³⁹.

11 - Algumas idéias para a construção de uma relação mais estreita entre a historiografia portuguesa e brasileira.

Um primeiro problema que se coloca é o do insuficiente conhecimento da produção historiográfica brasileira, situação que ocorre em nível geral e assume particular visibilidade quando se confronta a bibliografia citada. Com efeito, as obras de língua francesa e inglesa sobrepõem-se em termos quantitativos às produzidas no Brasil. É assim urgente criar instrumentos que forneçam aos historiadores portugueses, em geral, a informação sobre o que se publica no Brasil nas diversas áreas da investigação histórica.

Com este objetivo, considero urgente e imperiosa a criação de um *site* na internet que se constitua como um espa-

ço de diálogo e de informação entre historiadores portugueses e brasileiros. Para além disso deveria proceder-se à publicação de uma bibliografia luso-brasileira, em suporte de papel e magnético, de áreas temáticas, com *abstracts* em português, francês e inglês, instrumento que teria a vantagem de divulgar a historiografia dos dois países em nível internacional.

Outro passo a dar no sentido de uma colaboração mais estreita e profícua é a constituição de equipas de investigação que realizassem investigações nas mesmas áreas. Estes trabalhos teriam a grande vantagem de criar condições para uma prática efetiva da história comparativa. O vasto espaço de língua portuguesa deveria constituir-se como um profícuo "laboratório" para o exercício do método comparativo dado que foi um campo de aplicação de instrumentos legislativos, modelos políticos, institucionais e sociais que irradiaram do grande centro que era Lisboa para os espaços insulares e ultramarinos mas também para a periferia continental.

Considero assim com grandes potencialidades o estudo comparativo de instituições, que enquadraram a vida das comunidades (municípios e misericórdias), de mecanismos de organização e promoção social, de estruturas, processos e percursos sociais que articulam o espaço português e do império, como o demonstram os trabalhos de Romero Magalhães sobre municípios⁴⁰ ou de Nuno Monteiro e Mafalda Soares da Cunha sobre as carreiras de governadores⁴¹.

Esta metodologia tornaria possível desvendar e confrontar uma vasta paleta de experiências que permitiriam também a construção de modelos teóricos a apresentar nos fóruns internacionais.

Finalmente, e num plano mais geral, considero com muitas potencialidades a reflexão conjunta de historiadores portugueses e brasileiros sobre os grandes problemas de natureza epistemológica, teórica e metodológica que se colocam ao historiador num tempo de reconstrução de paradigmas. Entre eles ouso destacar.

Qual o papel da História na sociedade atual? Para onde vira o seu olhar para a construção da memória do passado? ou (ou e/ou) para a construção do futuro?

Quais as estratégias a desenvolver no sentido de reivindicar o lugar que lhe compete na formação da cidadania,

na discussão dos problemas do nosso tempo, e eventualmente na construção de modelos de desenvolvimento mais adequados às sociedades na sua diversidade?

Está nas mãos dos historiadores portugueses e brasileiros desenvolver uma comunidade científica solidária e crítica em que o constante debate de idéias e perspectivas possibilite a renovação e alargamento do estudo da História dos dois países: Brasil e Portugal.

NOTAS

1 Professora Associada da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Membro do Centro de História da Sociedade e da Cultura (E-mail marnet @ mail.telepac.pt).

2 *Repertório Bibliográfico da Historiografia Portuguesa*, Instituto Camões, Fac. Letras de Coimbra, 1995.

3 OLIVEIRA, António. *A vida econômica e social de Coimbra de 1537 a 1640*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1971, 2 vols; SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto e o seu termo (1580-1640): os homens, as instituições e o poder*, Porto: 1986, 2 vols. ROMERO, Joaquim Romero – *O Algarve Económico. 1600-1773*, Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

4 COELHO, Maria Helena, MAGALHÃES, Joaquim Romero - *O poder concelhio. Das origens às constituintes*. Coimbra: CEFA, 1986; CAPELA, José Viriato - *O Minho e os seus municípios. Estudos econômico-administrativos sobre o município português nos horizontes da reforma liberal*. Braga, Universidade do Minho, 1995; RODRIGUES, José Damião - *Poder municipal e oligarquias urbanas. Ponta Delgada no séc. XVII*. Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1994; SOARES, Sérgio Cunha - *O Município de Coimbra da restauração ao Pombalismo. Poder e poderosos*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1995. 2 vols.

5 ABREU, Laurinda. *Memórias da alma e do corpo. A misericórdia de Setúbal na modernidade*, Viseu: Palimage Editores, 1999.

6 TAVEIRA, Fernando. *A Universidade de Coimbra (1700-1771) (Estudo Social e Económico)*, Coimbra, 1995.

7 CUNHA, Mafalda Soares da, *A Casa de Bragança. 1560-1640. Práticas senhoriais e redes clientelares*, Lisboa, Estampa, 2000.

8 BETHENCOURT, Francisco – *História das Inquisições, Portugal, Espanha e Itália*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994; PAIVA, José Pedro. *Bruxaria e superstição num país sem “caça às*

bruxas". 1600-1774, Lisboa Editorial Notícias, 1997; CARVALHO, Joaquim Ramos – *Comportamentos morais e estruturas sociais numa paróquia de Antigo Regime (Soure, 1680-1720)*, 1997; MEA, Elvira. *A inquisição de Coimbra no século XVI. A instituição, os homens e a sociedade*, Porto, Fac. Letras, 1989.

9 AMORIM, Norberta – *Guimarães de 1580 a 1819, estudo demográfico*, Lisboa, INIC, 1987; MOTA, Guilhermina Martins da. Estruturas familiares no mundo rural: grupos domésticos no bispado de Coimbra em 1801, *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, 24, 1988; DURÃES, Margarida. *Herdeiros e não herdeiros: nupcialidade e celibato no contexto da propriedade enfiteuta*, "Revista de História Económica e Social": Lisboa, 21, Set-Dez, 1987.

10 GODINHO, Vitorino. *A estrutura da antiga sociedade portuguesa*, 2 ed., Lisboa: Arcádia, 1975 (1ªed. 1971), RAU, Virgínia, Fortunas Ultramarinas e a Nobreza Portuguesa, *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, 1959.

11 MONTEIRO, Nuno. *O Crepúsculo dos Grandes. A Casa e o Património da Aristocracia em Portugal (1750-1832)*, Lisboa: INCM, 1998; CUNHA, Mafalda Soares da – *ob.cit.*

12 PEDREIRA, Jorge. Os negociantes de Lisboa na Segunda metade do século XVIII: padrões de recrutamento e percursos sociais, *Análise social*, 116/117, 4ª série, vol. XXVII, 1992, p. 407-440.

13 MAGALHÃES, Romero. A forte presença dos mesteres. In: *História de Portugal*, Dir. José Matoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.

14 SANTOS, Eugénio dos. *O Oratório no Norte de Portugal. Contribuição para o estudo de história religiosa e social*, Porto: INIC e Centro de História da Universidade do Porto, 1991.

15 OLIVAL, Fernanda. *Para uma análise sociológica das Ordens Militares no Portugal do Antigo Regime: 1581-1621*. Lisboa: FLUL, 1988.

16 *A Mulher na sociedade portuguesa. Visão histórica e perspectivas atuais.*, Coimbra: IHES, Fac. Letras, 1986, 2 vols.

17 SÁ, Isabel dos Guimarães e. *A circulação de crianças na Europa do Sul: o caso dos expostos do Porto no século XVIII*. Lisboa: Fundação Gulbenkian, JNICT, 1995.

18 GODINHO, Vitorino Magalhães. L'émigration portugaise (XV-XXe siècles): une constante structurelle et les réponses aux changements du monde, *Revista de História Económica e Social*, Lisboa, 1, 1978.

37 RAMOS, Anabela. *Violência e Justiça em terras de Montemuro*. Viseu: Palimage Editores, 1998; RODRIGUES, José Damião- *Criminalidade e violência em Ponta Delgada no final do Antigo Regime (1706-1817). Para uma outra leitura das relações sociais*, Actas do Colóquio comemorativo dos 450 Anos da Cidade de Ponta Delgada, 1999, p. 153-178.

38 REVEL, Jacques (dir). *Jeux d'Échelles. La micro-analyse à l'expérience*, Seuil/Gallimard, 1996; CARVALHO, Joaquim Ramos. O social emergente. Sistemas adaptáveis complexos e interpretação histórica, *Revista de História das Ideias*, Coimbra, 20, 1999.

39 LEVY, Giovanni. *Le pouvoir au village*, Paris, Gallimard, 1985; CARVALHO, Joaquim Ramos. *Comportamentos morais e estruturas sociais numa paróquia de Antigo Regime (Soure, 1680-1720)*, Coimbra, 1997.

40 MAGALHÃES, Joaquim Romero. Algumas notas sobre o poder municipal no império português durante o século XVI, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, 25-26, Dez. 1988; Idem. *Uma estrutura do império português: o município*, In: *Ciclo de Conferências Portugal e o Oriente*, Lisboa: Quetzal-Fundação Oriente, 1994.

41 MONTEIRO, Nuno, CUNHA, Mafalda Soares da - *Vice-Reis, Governadores e Conselheiros do Governo do Estado da Índia (1505-1834)*.